

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 538.163 - SP (2019/0301994-0)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**LUIZ EDUARDO DE TOLEDO COELHO - SP208413**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : DIEGO DA SILVA MORAES (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de DIEGO DA SILVA MORAES contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, proferido no julgamento da Apelação n. 0000045-24.2018.8.26.0535.

Consta dos autos que o paciente foi condenado em primeiro grau como incurso nas sanções do art. 33, §4º, da Lei n.º 11.343/2006 (tráfico de drogas) à pena de 1 anos e 8 meses de reclusão, em regime semiaberto, e ao pagamento de 166 dias-multa.

Irresignado o Ministério Público apelou perante o Tribunal de origem, que deu provimento ao recurso, em acórdão que ficou assim resumido (fl. 379):

*APELAÇÃO Tráfico de drogas circunstanciado Art. 33, §4º da Lei 11.343/2006 RECURSO MINISTERIAL Fixação da pena-base acima do mínimo legal Necessidade Aumento das basilares em decorrência da natureza de droga arrestada - Afastamento do redutor Atendimento Circunstâncias do caso concreto que indicam que o acusado se dedicava a atividades criminosas, no caso, ao tráfico habitual de drogas Readequação das penas Regime prisional fechado Adequado à espécie Ante ao quantum de pena imposta, inviável a substituição APELO PROVIDO.*

No presente *mandamus*, pretende a Defensoria Pública, em sede liminar, seja assegurado o direito de o paciente aguardar solto o julgamento do presente *writ* e, no mérito, a "*concessão definitiva da ordem a fim de (i) aplicar a minorante em patamar máximo, além de (iii) alterar o regime prisional inicial de cumprimento de pena*" (fl. 7).

Brevemente relatado, decido.

Diante do novel posicionamento jurisprudencial do STF e desta Corte onde não deve ser conhecido o *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, tenho por prudente determinar o processamento do feito somente para verificação da existência de

# Superior Tribunal de Justiça

eventual constrangimento ilegal que autorize a concessão da ordem de ofício.

Em uma análise preliminar dos autos, não vislumbro a presença conjunta do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, requisitos necessários para a concessão da medida liminar.

Ademais, a matéria ora ventilada implica o exame da idoneidade e razoabilidade dos fundamentos adotados pelas instâncias ordinárias, providência inviável em análise inicial dos autos. Por se tratar de antecipação meritória, a alegação deve ser analisada pelo douto Colegiado, no momento oportuno e após manifestação do Ministério Público Federal.

Diante do exposto, indefiro a liminar.

Devidamente instruído, dispenso a requisição de informações.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator